

COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

FIRM	FIRMA:							
END	EREÇO:							
CIDADE: ESTADO:								
FON	E: ()		e-ma	il:				
	MODALIDAI	DE: PREGÃO) PRESENCIAL	Nº 002/2021 – PRO	CESSO Nº 012/2	:021		
MÁQ COM	UINAS (MOTONIVE BUSTÍVEL E TODA	ELADORA - A MÃO DE O	PATROL) E CAN BRA, INCLUSIVE	A PRESTAÇÃO DE MINHÃO BASCULAN MOTORISTA, PAR FORME TERMO DE F	ITE, COM FORN A SECRETARIA I	ECIMENT(MUNICIPA	DE C	
	emos através do a ão acima identificad		angatuba.sp.gov.b	r nesta data, cópia	do instrumento d	convocatór	io da	
				a empresa, solicitam ção, por meio de e-ma				
meio	de fax ou e-mail de	eventuais es	clarecimentos e re	de Angatuba da resp etificações ocorridas teriormente qualquer	no instrumento co			
	Local:		, <u> </u>	de		2021		
	Nome por E	xtenso:				-		
		RG nº _			-			
			ASSINAT	URA				



MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

PROCESSO Nº 012/2021

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO DO ITEM DATA DA REALIZAÇÃO: 04/03/2021 as 10h00min

LOCAL: SALA DA CPL I

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MOTONIVELADORA - PATROL) E CAMINHÃO BASCULANTE, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E TODA MÃO DE OBRA, INCLUSIVE MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

1 - PREÂMBULO

- 1.1 A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA torna público para conhecimento dos interessados que na sala de reunião do Setor de Licitações, localizada na Rua João Lopes Filho, nº 120, Angatuba/SP, será realizada licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO DO ITEM, o qual será processado de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Municipal nº 089/2014 de 22 de abril de 2014, suplementarmente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014, além das cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos.
- 1.2 A sessão do Pregão ocorrerá na Sala do Setor de Licitações, sito à Rua João Lopes Filho, nº 120 Centro, Angatuba/SP, no Paço Municipal, onde se efetuará o credenciamento dos interessados em participar do certame licitatório.
- 1.3 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.
- 1.4 Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 1.5 O Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no mesmo endereço abaixo, estando o edital e anexo disponíveis no site da Prefeitura Municipal (www.angatuba.sp.gov.br).
- 1.6 Os documentos referentes ao **CREDENCIAMENTO**, e os envelopes nº 1 "PROPOSTA" e nº 2 "DOCUMENTAÇÃO" serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Compras, localizado na Prefeitura do Município de Angatuba **às 10:00 horas do dia 04 de março de 2021.** A sessão pública dirigida pelo Pregoeiro se dará a seguir, no mesmo dia e local nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos.
- 1.7 Integram este ato convocatório os seguintes **ANEXOS**:
- I TERMO DE REFERÊNCIA;
- II FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA:
- III MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
- IV MODELO DE DECLARAÇÃO cumprimento do inciso XXXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- V MODELO DE PROCURAÇÃO;
- VI DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (ME ou EPP);
- **VII** DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO;



VIII DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE;

IX MINUTA DO CONTRATO;

X TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO;

XI CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS;

XII DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP.

2 - DO OBJETO

2.1 – O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MOTONIVELADORA – PATROL) E CAMINHÃO BASCULANTE, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E TODA MÃO DE OBRA, INCLUSIVE MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

3 - DO VALOR E JUSTIFICATIVA

- 3.1 Estima-se o valor global desta licitação em R\$ 137.242,00 (cento e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e dois reais), com base nos parâmetros dispostos no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 3.2 Tal solicitação se faz necessária uma vez que o maquinário municipal encontra-se defasado, algumas destas máquinas em manutenção constante, o que atrapalha o cronograma de execução de serviços preventivos e de manutenção da malha de estradas rurais (aproximadamente 700 km), principalmente agora em período de índices pluviométricos altíssimos.

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes dessa licitação correrão por contas das seguintes dotações orçamentárias:

Reserva: 929 de 15/02/2021 Ficha de Dotação: 225 Órgão: 02 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 02.11.00 – Secretaria Municipal de Habitação, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 02.11.05 – Estradas Municipais

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Classificação Funcional: 26.782.0026.2.033 – Manutenção Estradas Municipais

Centro de Custo: 01 Recurso do Município 2023 – 30.001-2

Valor da Reserva: R\$ 137.242,00

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 5.1.1 Que possuam condições físicas e logísticas para prestação dos serviços no município de Angatuba/SP. Resguardado o direito do município de realizar vistoria na empresa para fins de comprovação de real desempenho da atividade por parte da empresa e até mesmo como condição da efetivação contratual a fim de assegurar a capacidade da empresa em cumprir as avenças contratuais.
- 5.1.2 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar gozar dos benefícios da Lei Complementar n° 123/06, deverá declarar, sob as penas da lei, o enquadramento de MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme modelo do Anexo VI. **O referido documento deverá estar fora dos envelopes.**



- 5.1.3 Para efeitos de habilitação, **todos** os licitantes, **inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte**, deverão apresentar os documentos relacionados na cláusula IX deste edital.
- 5.1.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato ou termo de ata** (LC nº 123, art. 42);
- 5.1.5 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC nº 123, art. 43, caput);
- 5.1.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 5.1.7 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.1.6, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;
- 5.1.8 Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado por um dos membros da Equipe de Apoio ou Pregoeiro no ato de sua apresentação;
- 5.1.9 Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;
- 5.1.10 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
- 5.1.11 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 5.1.12 Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta no item 9.1.1 e subitens;
- 5.1.13 O Pregoeiro diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos **sites** dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico;
- 5.1.14 A concorrente poderá ser representada no procedimento licitatório por seu(s) representante(s) legal(is), ou por procurador munido de procuração, conforme consta do **ANEXO V MODELO DE PROCURAÇÃO**, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes. A falta de representante munido de procuração não impede a participação no certame, porém a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante:
- 5.1.15 Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado, enunciando externamente os dados da licitação, conforme item 7.3;

5.2 – Será vedada a participação:

- 5.2.1 De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;
 - 5.2.2 De guem estiver sob processo de falência exceto as que estiverem em recuperação judicial;
- 5.2.3 De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura do Município de Angatuba e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93; e,



5.2.4 – Sob a forma de consórcio.

6 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

- 6.1 A empresa proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
- 6.2 O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:
- 6.2.1 Instrumento público de procuração com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, com prazo de validade em vigor;
- 6.2.2 Instrumento particular de procuração, nos moldes do **ANEXO V**, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, acompanhado de cópia de seu contrato social ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.2.3 Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.
- 6.3 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame sob pena de exclusão sumária das representadas.
- 6.4 A ausência do representante credenciado, em qualquer momento da Sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 6.5 Os documentos supra referidos, poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada e será retido pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a presente licitação.

7 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 7.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **ANEXO III** deverá ser apresentada **FORA** do Envelope n.º 01 (Proposta), junto ao credenciamento.
- 7.2 A declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO VI** deste Edital, e apresentada **FORA** do envelope nº. 01 (Proposta), junto ao credenciamento.
- 7.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 01	ENVELOPE N° 02
PREFEITURA DO M. DE ANGATUBA	PREFEITURA DO M. DE ANGATUBA
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021
PROCESSO Nº. 012/2021	PROCESSO Nº. 012/2021
"PROPOSTA COMERCIAL"	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"



8 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"

- 8.1 A proposta, nos termos do item 7.3 da cláusula VII, deverá ser apresentada datilografada ou digitada, respeitado o vernáculo, conforme "Formulário Padronizado da Proposta" **ANEXO II**, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.
- 8.2 O **ANEXO II** FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA, que acompanha este ato convocatório, deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da Proposta.
- 8.3 Deverão estar consignados na proposta:
- a) dados cadastrais;
- b) Máquina e/ou caminhão ofertado conforme especificação do termo de referência, preço unitário e total de cada item expressos em moeda nacional corrente, identificação, CIF-ANGATUBA/SP, fracionado até o limite de duas casas após a vírgula, entregues na forma deste Edital, conforme determinado no pedido. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, bem como manutenção e motorista.
- c) indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura.

8.4 – DEPOIS DE ABERTA A PROPOSTA SE ACHA VINCULADA AO PROCESSO PELO SEU PRAZO DE VALIDADE, NÃO SENDO PERMITIDA SUA RETIRADA OU A DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO POR PARTE DO PROPONENTE.

- 8.5 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 8.6 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 8.7 O envelope da proposta deverá observar todas as exigências referidas no **ANEXO I**.
- 8.8 Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seus preços com 02 (dois) dígitos após a vírgula, sendo que, as que constarem seus valores com 03 (três) dígitos, ou mais, o último será desconsiderado.
- 8.9 Os preços ofertados deverão ser equivalentes aos praticados no mercado, na data da apresentação da proposta.
- 8.10 Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o valor indicado no Anexo I Termo de Referencia que foi apurado com base nos preços de mercado, desclassificando-se as propostas cujos preços sejam manifestamente inexegüíveis (art. 40 X e 48 II e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93).
- 8.11 A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 089/2014 de 22 de abril de 2014 e da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, e demais normas suplementares aplicáveis.

9 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

9.1 – O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 7.3 da cláusula VII, deverá conter os documentos a seguir:

9.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;



- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de <u>empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país</u>, quando a atividade assim o exigir.
- 9.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" ao "d" deste subitem 9.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

9.1.2 – REGULARIDADE FISCAL

- 9.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 9.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- 9.1.2.3.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991;
- 9.1.2.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa) da sede ou do domicilio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação:
- 9.1.2.4 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- 9.1.2.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débitos ou CPD-EN Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa.
- 9.1.2.6 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do Contrato**:
- 9.1.2.7 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, que trata de **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** que se enquadra na citada lei, **FORA** do envelope de proposta, conforme modelo contido no **ANEXO VI**.
- 9.1.2.8 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 9.1.2.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05** (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- 9.1.2.10 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.



9.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 9.1.3.1 Prova Negativa de Falência ou Concordata em original ou cópia autenticada, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data fixada para a entrega da documentação e proposta;
- 9.1.3.2 Caso a licitante apresente a Certidão Positiva de concessão de Recuperação Judicial, será necessária a apresentação do Plano de Recuperação Judicial, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira;
- 9.1.3.3 Nos termos do verbete de súmula nº 50, do E. TCE/SP, a licitante que estiver com Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente não se exime de apresentar os demais documentos de habilitação econômico-financeiro previstos neste edital.

9.1.4 – QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.4.1 – Comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante já ter prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, com o objeto desta licitação, através de atestado(s) emitido(s) em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com o fornecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo exigidos neste edital, conforme Súmula n° 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

9.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 9.1.5.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (**ANEXO VII**);
- 9.1.5.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (**ANEXO IV**);
- 9.1.5.3 Declaração da proponente de que possui disponibilidade da prestação de serviços ofertada (ANEXO VIII).

OBSERVAÇÃO: Para as empresas que estão em processo de recuperação judicial e extrajudicial devem apresentar as declarações nos termos que seguem:

- a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato/ata de registro deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato/ata de registro deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

9.2 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.2.1 Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;
- 9.2.2 Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;



- 9.2.3 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
- 9.2.4 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 9.2.4.1 se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ:
- 9.2.4.2 se a licitante for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da **matriz**;
- 9.2.4.3 se a licitante for a <u>matriz</u> e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a <u>filial</u>, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial** simultaneamente.
- 9.2.5 A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto nos itens 9.1.2.9 e seguintes deste edital;
- 9.2.6 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão;
- 9.2.7 O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos **sites** dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, bem como para efeito de saneamento onde correção da(s) falha(s) formal(si) poderá ser realizada na própria sessão, com a apresentação ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico;
- 9.2.7.1 A diligência pelo Pregoeiro ou autoridade que preside o certame, com referencia a documentos não emitidos via internet, somente existirá quando houver necessidade de esclarecer ou afastar imprecisões e confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas, não para acrescentar dados que nelas deveriam constar.
- 9.2.7.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.

10 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 10.1 No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 6;
- 10.2 Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os **envelopes nº 1 e nº 2**, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.
- 10.3 O julgamento será feito pelo critério de **Menor Preço do Item**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;
- 10.4 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos e anexos solicitados neste Edital;
 - c) que apresentem preco baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes:
- 10.4.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado.



- 10.5 Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.
- 10.6 As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:
- 10.6.1 Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10**% (dez por cento) superiores àquela;
- 10.6.2 Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;
- 10.6.3 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;
- 10.6.3.1 O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 10.7 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 10.8 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 10.9 Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos (LC n° 123, art. 44, caput):
- 10.9.1 Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5** % (cinco por cento) superiores ao melhor preço apresentado; (LC n° 123, art. 44, § 2°).
- 10.9.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta; (LC n° 123, art. 45, inc. I).
- 10.9.2.1 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) **minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão (LC n° 123, art. 45, § 3°);
- 10.9.2.2 Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.9.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta; (LC n° 123, art. 45, inc. III);
- 10.9.2.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 10.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (LC n° 123, art. 45, inc II);
- 10.9.2.4 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 10.9.3 Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, será declarada a melhor proposta de preço aquela originalmente vencedora da fase de lances (LC n°123, art. 45, § 1°).



- 10.10 Após a fase de lances, serão **classificadas** na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 10.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.
- 10.11 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 10.12 O Pregoeiro poderá negociar com o autor do lance de menor valor com vistas à redução do preço ofertado.
- 10.13 Havendo negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço negociado, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.14 Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições de habilitação estipuladas neste Edital;
- 10.14.1 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto nos itens 9.1.2.9 e seguintes deste edital.
- 10.14.2 A verificação será certificada pelo Pregoeiro anexando aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 10.14.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.
- 10.15 Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame;
- 10.15.1 Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.
- 10.16 Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.
- 10.17 O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

- 11.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 11.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informando à autoridade competente.
- 11.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.



- 11.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6 A adjudicação será feita por **item**.
- 11.7 Nos eventuais recursos a Recorrente deverá observar o seguinte:
 - 11.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 11.7.2 quando encaminhados via CORREIO ELETRÔNICO, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto à Prefeitura Municipal de Angatuba;
- 11.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, da Prefeitura Municipal de Angatuba/SP;
 - 11.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.
- 11.8 Homologado o certame a vencedora será notificada via correspondência (AR), correio eletrônico (e-mail institucional) ou via Publicação no Diário Oficial do Estado a critério da Administração para que a empresa compareça para assinar o Termo de Contrato no prazo de 03 (três) dias corridos a contar:
 - a) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário;
 - b) no caso de publicação em Diário Oficial do Estado a contar da publicação;
 - c) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio de e-mail.
- 11.9 As empresas em recuperação judicial e extrajudicial devem apresentar os seguintes documentos para a assinatura do Contrato:
- a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial apresentarem a comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 11.10 A empresa adjudicatária se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.
- 11.11 A Administração poderá obrigar a Adjudicatária a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos serviços contratados.

12 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1 Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do(s) adjudicatário(s) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Nacional (Receita Federal) e Certidão de Regularidade com a Justiça do Trabalho, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 12.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência sob pena de a contratação não se realizar.
- 12.3 Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 12.1, ou se recusar a assinar o contrato, será convocado, pela ordem de classificação das propostas, os demais licitantes classificados, com vistas à celebração da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções ao licitante faltante.



Estado de São Paulo

- 12.4 O adjudicatário deverá, no prazo de 03 (três) dias corridos contados da data da convocação, comparecer para assinar o termo de contrato, conforme item 11.8.
- 12.5 A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos serviços contratados.
- 12.6 O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.
- 12.7 O contrato terá vigência de até **90 (NOVENTA) dias**, contados a partir da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93.
- 12.8 A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1°, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.9 O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe forem exigidas na licitação.
- 12.10 O foro do contrato será o da Comarca de Angatuba/SP.

13 - DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DO SERVIÇO

- 13.1 Os serviços a serem fornecidos/prestados pela empresa vencedora estarão sujeito à aceitação pela Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o solicitado.
- 13.2 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com normas técnicas pertinentes, em quantidades definidas, e com obediência à ordem de execução definida pela secretaria requisitante do serviço, sendo que os mesmos serão prestados em quantidades variadas e de forma parcelada, mediante a autorização expedida pelo órgão contratante.
- 13.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à qualidade de serviço prestado, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que seja refeita a prestação do serviço considerado inadequado ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de nova prestação em substituição ao serviço inadequado, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, imediatamente, após notificação, mantido o preço inicialmente contratado, sem nenhum acréscimo e totalmente às suas expensas:
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 13.4 A licitante deverá substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os equipamentos previstos neste Edital, por outros de características idênticas, quando os mesmos, por qualquer defeito técnico ou mecânico, ficarem paralisados por tempo igual ou superior a 24 (vinte e quatro) horas, e também se tais equipamentos não apresentarem o rendimento operacional padrão.

14 - DAS RESPONSABILIDADES

- 14.1 São responsabilidades da **LICITANTE VENCEDORA**:
- 14.1.1 O cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades previstas no termo de referência **ANEXO I**, acrescidas se necessário;
 - 14.1.2 Durante toda vigência do contrato, ser a responsável pela qualidade dos serviços prestados;
 - 14.1.3 O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo;
 - 14.1.4 Manter as condições de habilitação;



Estado de São Paulo

- 14.1.5 Licitante vencedora é responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do termo de contrato;
- 14.1.6 Os serviços deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

14.2 – São responsabilidades da **CONTRATANTE**:

- 14.2.1 pagar à licitante vencedora os valores devidos, nas datas avençadas, pautando-se no competente instrumento de contrato, sem prejuízo das disposições contidas no presente edital;
 - 14.2.2 o fiel cumprimento de todas as clausulas e condições estabelecidas no presente edital.

15 – DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será realizado no prazo de até **30 dias (trinta) dias corridos**, contados da data entrega dos serviços mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 15.1.1) acompanhada de **RELATÓRIO DE SERVIÇOS, COM PLANILHAS QUANTITATIVAS, DATAS E/OU HORA, DEVIDAMENTE ATESTADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE ATRAVÉS DO FISCAL DO CONTRATO e dos comprovantes de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Nacional (Receita Federal) e Justiça do Trabalho (CNDT).**
- 15.1.1 A nota fiscal eletrônica fica condicionada a legislação local do emitente e referente à venda é obrigatório à emissão da nota fiscal eletrônica.
- 15.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daguela definida no item anterior.
- 15.3 Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente a ser fornecida pela Contratada.
- 15.4 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados na modalidade "ordem de pagamento bancário" na conta corrente fornecida pela licitante vencedora.
- 15.5 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.
- 15.6 Se por ocasião da efetivação do pagamento, as certidões de regularidade de débito do(s) adjudicatário(s) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Nacional (Receita Federal) e Justiça do Trabalho (CNDT) estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 15.7 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com o FGTS, Fazenda Nacional (Receita Federal) e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 15.7.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a contratada não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 16.3.1, 16.3.3 e 16.3.4 da Cláusula XVI deste Edital.
- 15.8 Deverão também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço do serviço cotado.

16 - DAS SANÇÕES

16.1 – A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Termo de Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se



Estado de São Paulo

de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no Contrato e das demais cominações legais.

- 16.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de até 03 (três) dias corridos da notificação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 16.3 Pela inexecução total ou parcial do Termo de Contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **LICITANTE VENCEDORA** as seguintes sanções:
 - 16.3.1 advertência:
- 16.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 16.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 16.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **LICITANTE VENCEDORA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 16.3.3 desta Cláusula;
- 16.3.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 16.3.5.1 das sanções estabelecidas nos subitens 16.3.1, 16.3.2 e 16.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da **LICITANTE VENCEDORA**;
- 16.3.5.2 da sanção estabelecida no item 16.3, subitem 16.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 16.4 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a **LICITANTE VENCEDORA** à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 16.3.2.
- 16.5 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto nesse Edital;
- 16.5.1 A não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções definidas nesta cláusula.
- 16.6 As sanções previstas no item 16.3.3 e 16.3.4 subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstancias do caso concreto.
- 16.7 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a **LICITANTE VENCEDORA** tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 16.7.1 Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Economia e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

17 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 17.1 O futuro Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Angatuba/SP:
- 17.1.1 Unilateralmente, sem prévio aviso, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **LICITANTE VENCEDORA** qualquer direito à reclamação ou à indenização, nos casos de imperícia e/ou negligência e naqueles previstos nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
 - 17.1.2 Amigavelmente, conforme previsto no inciso II do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.



17.2 – A **LICITANTE VENCEDORA** reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 18.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 18.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 18.4 Para conhecimento dos interessados expede-se o presente edital, do qual será extraído um resumo que será afixado no saguão do Paço Municipal e publicado no Diário Oficial do Estado.
- 18.5 Todos os demais trâmites desta licitação, como ATAS, julgamentos, esclarecimentos e outros, serão publicados no Diário Oficial do Estado do qual correrão os prazos para recurso quando for o caso, prevalecendo sempre à contagem do prazo para recurso a data da publicação no Diário Oficial do Estado. A licitante que desejar cópia integral das decisões deverá comparecer ao Setor de Licitações e solicitá-las.
- 18.6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.
- 18.7 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 18.8 Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderão retirá-los, na Prefeitura do Município de Angatuba, no horário de expediente, até o último dia útil que antecede a data de abertura da Licitação.
- 18.9 A Prefeitura do Município de Angatuba poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte a presente licitação.

Angatuba, 19 de fevereiro de 2021

JOÃO DAMASCENO DOS SANTOS Prefeito Municipal



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MOTONIVELADORA - PATROL) E CAMINHÃO BASCULANTE, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E TODA MÃO DE OBRA, INCLUSIVE MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

			VALOR REFERENCE		
Item	Descrição do material	Quant.	Unid.	V. Unit. R\$	V. Total R\$
1	Motoniveladora potência básica líquida (primeira Marcha) 125 HP, peso bruto 13032 KG, largura da lâmina de 3,7 M – CHP DIURNO, COM MOTORISTA/OPERADOR, COMBUSTÍVEL, OLEO, MANUTENÇÃO E DEMAIS ENCARGOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I. (COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS)	560	HORA	149,45	83.692,00
2	Caminhão Basculante 10 m³, trucado cabine simples, peso bruto total 23.000 KG, carga útil máxima 15.935 KG, distância entre eixos 4,80 M, potência 230 CV inclusive caçamba metálica, COM MOTORISTA/OPERADOR, COMBUSTÍVEL, OLEO, MANUTENÇÃO E DEMAIS ENCARGOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I. (COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS)	170	VIAGENS	315,00	53.550,00
	/			TOTAL	137.242,00

OBSERVAÇÕES:

Item 01 – Motoniveladora – Refere-se à prestação de serviços por 8:00 horas/dia, 05 dias/semana, no período de 90 (noventa) dias, totalizando 560 horas;

Item 02 – Caminhão – Refere-se à prestação de serviços por viagens de 20 km (ida e volta) para retirada, transporte e acondicionamento de material (cascalho) em terreno desta municipalidade situada à Rua Tenente José Marco de Albuquerque (entre Jardim Domingos Orsi II e Residencial Vitória), para reparo em estradas, sendo que a retirada será realizada na Pedreira das Corujas, Bairro das Corujas, Angatuba/SP, pelo período de 90 (noventa) dias, totalizando 170 viagens.



PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação do serviço será feita de acordo com a Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Habitação, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Angatuba, devendo ocorrer, dentro do município.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

• Requisição dos Serviços:

A Prefeitura solicitará os serviços a serem executados com 24 horas de antecedência, solicitando as máquinas e/ou equipamentos, estimando a quantidade de horas necessárias.

Em caso de emergência os serviços/equipamentos poderão ser requisitados a qualquer momento.

Horário de Trabalho:

Será considerado horário normal de trabalho, de segunda à sexta-feira, das 7:00 às 17:00 horas, com intervalo de 01 (uma) hora para refeição.

A critério da Prefeitura, os serviços poderão ser requisitados aos sábados, domingos e feriados e mesmo em horário fora do estabelecido.

• Regime de Contratação:

Os serviços serão executados sob o regime de hora e viagem e pelos seus preços unitários propostos e irreajustáveis.

Fiscalização:

A Prefeitura será representada pelo Engenheiro Civil Henrique José Alciati, CREA 0600.88.102.3, com a autoridade para exercer, em seu nome, a orientação geral, controle, coordenação e fiscalização sem que isso reduza as responsabilidades legais e contratuais da licitante vencedora.

O representante poderá designar outros funcionários para auxiliá-lo no exercício da fiscalização.

A licitante vencedora deverá comunicar à PREFEITURA, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços objetivados na presente licitação.

• Representação da licitante vencedora:

 A licitante vencedora deverá manter a frente dos trabalhos, um responsável técnico, que a representará na execução do Contrato. Este profissional deverá acompanhar a execução, prestando toda a assistência técnica necessária.

Além do profissional que a representará, a direção técnica dos serviços será exercida por outros profissionais habilitados, secundados por mestres e /ou encarregados de experiência e idoneidade pessoal e técnica.

Diário de Ocorrências

A licitante vencedora deverá manter no escritório dos serviços o Diário de ocorrência, destinado a registrar todas as visitas que se verificarem, assim como as ordens, e



determinações da fiscalização, anotações de ordem técnica, reclamações, estado do tempo, etc.

DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA LICITANTE VENCEDORA

Equipamentos:

Os equipamentos, sempre que solicitados, deverão estar à disposição em perfeitas condições de funcionamento, nos locais indicados pela Prefeitura.

O ano de fabricação dos equipamentos não poderá ser superior a 10 (dez) anos do presente exercício.

A operação dos equipamentos será efetuada, exclusivamente, por pessoal habilitado da Contratada.

A manutenção preventiva e corretiva da parte mecânica e hidráulica das máquinas, equipamentos e veículos será de responsabilidade exclusiva da contratada, bem como os combustíveis e lubrificantes, necessários ao seu perfeito funcionamento.

A contratada deverá substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os equipamentos previstos neste contrato, por outros de características idênticas, quando os mesmos, por qualquer defeito técnico ou mecânico, ficarem paralisados por tempo igual ou superior a 24 (vinte e quatro) horas, e também se tais equipamentos não apresentarem o rendimento operacional padrão.

Os equipamentos deverão conter inscrição mencionando estarem a serviço da Prefeitura Municipal de Angatuba.

A contratada, através dos operadores, deverá apresentar imediatamente após a conclusão de cada serviço que lhe tenha sido determinado, os equipamentos à Fiscalização da Prefeitura, para fins de anotação das horas trabalhadas, no relatório diário.

Mão de Obra:

A licitante vencedora fornecerá toda a mão de obra necessária para plena execução dos serviços contratados, mantendo funcionários devidamente uniformizados e identificados em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços e com o cronograma e se responsabilizando perante a Prefeitura, por todos os atos de seus subordinados durante a execução dos serviços, bem como por acidentes ou sinistros praticados ou sofridos por seus prepostos e as indenizações que possam ser devidas.

A licitante vencedora fica obrigada a retirar dos serviços, imediatamente após o recebimento da comunicação, qualquer funcionário que, a critério da fiscalização, venha mostrar conduta nociva ao bom andamento da obra ou incapacidade técnica.

Arcar com todos os encargos sociais, seguros, uniformes, E.P.Is., alimentação e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, sindicais e securitárias, sendo considerada nesse particular, como única empregadora.

Segurança na Obra:

A licitante vencedora tomará todas as precauções e cuidados necessários, inclusive instalando sinalização de segurança no local no sentido de garantir a segurança das pessoas dentro dos serviços e em seu entorno, bem como evitar danos ou prejuízos por acidentes pessoais ou materiais.



• Execução:

A licitante vencedora executará todos os serviços contratados, necessários a permitir a perfeita utilização dos serviços para o fim a que se destina.

A licitante vencedora deverá comunicar à PREFEITURA, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços objetivados na presente licitação.

A contratada deverá retirar por sua conta, dos locais de trabalhos, as máquinas, equipamentos e tudo o mais que for de sua propriedade dentro de 10 (dez) dias do término do contrato.

A ocorrência de motivos de força maior, devidamente comprovados e presentes no Código Civil Brasileiro, desobriga a parte afetada, pelo tempo necessário, das obrigações contratuais assumidas.

Toda e qualquer comunicação que envolva responsabilidade contratual, somente terá validade se efetuada por escrito e entregue sob recebimento formal.

A licitante vencedora se obriga a observar e fazer cumprir as normas e procedimentos constantes do manual de segurança e medicina do trabalho bem como cumprir o disposto no artigo 7º inciso XXXIII da Constituição Federal.

- DAS RESPONSABILIDADES DA LICITANTE VENCEDORA

A licitante vencedora é a única e exclusiva responsável perante a Prefeitura, Poderes Públicos, Companhias Concessionárias e Terceiros, pelos serviços por ela executada.

A licitante vencedora é responsável, única e exclusivamente perante o INSS, pelas contribuições de todos os seus prepostos operários e funcionários.

A licitante vencedora é responsável, única e exclusivamente, pela imperfeição, insegurança ou falta de solidez dos trabalhos executados, ainda que verificadas após sua aceitação pela Prefeitura, sendo certo que nenhum pagamento desta isentará a empreiteira de tal responsabilidade, bem como pela responsabilidade civil estabelecida no artigo 1245 do Código Civil.

Angatuba, 19 de fevereiro de 2021.

JOÃO DAMASCENO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

HENRIQUE JOSÉ ALCIATI

Engenheiro Civil CREA 0600.88.102.3



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021- PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Razão Social:		
Endereço:		
Cidade:	CEP:	Fone/Fax:
e-mail:		CNPJ n°

				,	VALOR
Item	Descrição do material	Quant.	Unid.	V. Unit.	V. Total
1	Motoniveladora potência básica líquida (primeira Marcha) 125 HP, peso bruto 13032 KG, largura da lâmina de 3,7 M – CHP DIURNO, COM MOTORISTA/OPERADOR, COMBUSTÍVEL, OLEO, MANUTENÇÃO E DEMAIS ENCARGOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I (COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS)	560	HORA	R\$	R\$
2	Caminhão Basculante 10 m³, trucado cabine simples, peso bruto total 23.000 KG, carga útil máxima 15.935 KG, distância entre eixos 4,80 M, potência 230 CV inclusive caçamba metálica, COM MOTORISTA/OPERADOR, COMBUSTÍVEL, OLEO, MANUTENÇÃO E DEMAIS ENCARGOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I (COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS)	170	VIAGENS	R\$	R\$

<u>DECLARAÇÃO</u>

- 1 Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3°, da Lei Federal nº 8.666/93).
- 2 Declaro, sob as penas da lei, que o veículo atende todas as especificações exigidas no edital e as normas técnicas, de acordo com o código nacional de trânsito.
- 3 Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete, lucro, bem como manutenção e motorista.

Nome do Representante:	
Identidade nº:	CPF nº:
Local e Data:	
Assinatura:	

Número de CNPJ



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Eu	(nome completo), RG nº
representante legal da	(denominação da pessoa
jurídica), CNPJ nº	DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre
plenamente as exigência	as e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do
Pregão nº. 002/2021, re	ealizado pela Prefeitura Municipal de Angatuba, inexistindo qualquer fato
impeditivo de sua participa	ação neste certame.
DE00411/4	
•	estrição na documentação de regularidade fiscal, porém, por se tratar de
microempresa ou empre	esa de pequeno porte, opta por participar da licitação e regularizar a
documentação no prazo e	estabelecido no edital, caso apresente a proposta de menor preço, ciente da
aplicação das sanções	s estabelecidas no instrumento convocatório caso não a regularize
tempestivamente () .	
	de de 2021.
_	
	Nome e assinatura do representante
	RG nº



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO IV - DECLARAÇÃO - CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL

inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (*).
de de 2021.
Nome e assinatura do representante
RG n°



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO "EXTRA JUDICIA"

OUTORGANTE:	, (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no
CNPJ sob o	n°, com sede na Rua, n°, n°, n°, n°, bairro, n°, n°, bairro
(neste ato	representado) pelo(a) (sócio/diretor/procurador), Sr.(a)
civil),	(profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº e de, Estado de,
 CPF nº	Sr. (a) (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº (nacionalidade), edo no Romano edo no R
licitatório, espec Prefeitura do M ofertas e dem notificações, inte	s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento ificamente na licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2021, da funicípio de Angatuba, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber repor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais o referido certame
	de de 2021.

Outorgante



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato
convocatório, que a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº
é MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos
termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006 e
Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2015 cujos termos declaro conhecer na íntegra,
estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no
procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 002/2021, realizada pela Prefeitura do Município
de Angatuba.
de de 2021
(representante legal)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

"DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, e, que não está suspensa de participar em processos de licitação ou impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Angatuba, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.
de de 2021.
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBLIDADE

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA At. – PREGOEIRO OFICIAL

	DEC	LARO, sob	as penas	da lei,	sem	prejuízo	das	sanções	e mi	ultas
orevistas	neste	ato	convo	catório,		que		а	emp	resa
				_ (deno	minaç	ão da pe	essoa	jurídica),	CNP	J n°
			tem	disponib	ilidade	de pres	tar os	serviços	, no p	razo
estabelecido p	elo Edital da	presente lic	citação, co	onforme	Anexo	l do Ed	lital re	eferente a	ao Pre	∍gão
Presencial nº (002/2021 e Pr	rocesso nº 01	2/2021							
₋ocal e Data.										
		Nome do	o represen	tante						
		RG n ⁰·								



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021 ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

	O DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE CIPIO DE ANGATUBA E	FAZEN	I ENTR	e si a pre	FEITURA DO
PREG TERM	ÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 – PROCESSO Nº 012/2021 O Nº				
Munici nº confort termo concer cláusu espéci	feitura do Município de ANGATUBA, doravante denominada (pal, Sr, RG nº, CPF nº, e a empr, com endereço, doravante denominada me consta no	resa a Contra nº no repre ção do cial. Os rincípios oosterior	atada, resultada, resultada, resultantes process contraer en	inscrita no Clepresentada CPF nº e legal), firma so licitatório ntes enuncian as da legislad vante denom	NPJ-MF sob o neste ato por , im o presente nº 012/2021, n as seguintes ção aplicável à inada Lei, que
PRIME	EIRA – DO OBJETO				
LC M	O objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRES DCAÇÃO DE, COM FORN ÃO DE OBRA, INCLUSIVE MOTORISTA PARA SECRETARIA ERVIÇOS PÚBLICOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCI	ECIMEN A MUNIO	NTO DE Cipal d	COMBUSTÍ	vel é toda
Item	Descrição do material	Quant	Unid.	V. Unit.	V. Total
				R\$	R\$

SEGUNDA – LOCAL DA ENTREGA

- 2.1 Os serviços a serem fornecidos/prestados pela empresa vencedora estarão sujeito à aceitação pela Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o solicitado.
- 2.2 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com normas técnicas pertinentes, em quantidades definidas, e com obediência à ordem de execução definida pela secretaria requisitante do serviço, sendo que os mesmos serão prestados em quantidades variadas e de forma parcelada, mediante a autorização expedida pelo órgão contratante.



Estado de São Paulo

Se Item 01 – Motoniveladora – Refere-se à prestação de serviços por 8:00 horas/dia, 05 dias/semana, no período de 90 (noventa) dias, totalizando 560 horas, em locais indicados pela Prefeitura.

Se Item 02 – Caminhão – Refere-se à prestação de serviços por viagens de 20 km (ida e volta) para retirada, transporte e acondicionamento de material (cascalho) em terreno desta municipalidade situada à Rua Tenente José Marco de Albuquerque (entre Jardim Domingos Orsi II e Residencial Vitória), para reparo em estradas, sendo que a retirada será realizada na Pedreira das Corujas, Bairro das Corujas, Angatuba/SP, pelo período de 90 (noventa) dias, totalizando 170 viagens.

- 2.3 A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte o serviço que estiver em desacordo com o Edital.
- 2.4 A Contratada se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 2.5 Eventuais atrasos na entrega dos serivços deverão ser justificados por escrito pela contratada cabendo à Administração avaliar as razões externadas sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Contrato.
- 2.6 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.
- 2.7 O contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões de objeto que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 65, § 1º da Lei Federal n. 8666/93, ou supressões acima do percentual citado, mediante acordo entre as partes.
- 2.8 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora.
- 2.9 Os equipamentos deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos <u>art. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal</u> e <u>art. 48 de suas Disposições Transitórias</u>. (VER COM A JÚ DE DEIXA ESSE ITEM)

TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – O valor global deste contrato é de R\$ (...............), considerando os valores unitários constantes na planilha da Cláusula Primeira, conforme homologação, para a totalidade.

QUARTA - DA DESPESA

4.1 – As despesas correrão pelo Código de Despesa:

Empenho: XXX de XX/XX/2021

Ficha de Dotação: 225 Órgão: 02 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 02.11.00 – Secretaria Municipal de Habitação, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 02.11.05 – Estradas Municipais

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Classificação Funcional: 26.782.0026.2.033 – Manutenção Estradas Municipais

Centro de Custo: 01 Recurso do Município 2023 – 30.001-2

Valor: R\$ XXX

QUINTA - DO PRAZO



5.1 – O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias a contar da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO

- 6.1. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à qualidade de serviço prestado, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que seja refeita a prestação do serviço considerado inadequado ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de nova prestação em substituição ao serviço inadequado, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, imediatamente, após notificação, mantido o preço inicialmente contratado, sem nenhum acréscimo e totalmente às suas expensas;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 6.2 A contratada deverá substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os equipamentos previstos neste Edital, por outros de características idênticas, quando os mesmos, por qualquer defeito técnico ou mecânico, ficarem paralisados por tempo igual ou superior a 24 (vinte e quatro) horas, e também se tais equipamentos não apresentarem o rendimento operacional padrão.

SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

- 7.1 São responsabilidades da **CONTRATADA**:
- 7.1.1 O cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades previstas no termo de referência **ANEXO I**, acrescidas se necessário;
 - 7.1.2 Durante toda vigência do contrato, ser a responsável pela qualidade dos serviços prestados;
 - 7.1.3 O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo;
 - 7.1.4 Manter as condições de habilitação;
- 7.1.5 A responsabilidade pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do termo de contrato;
- 7.1.6 Os serviços/materiais deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 7.2 São responsabilidades da **CONTRATANTE**:
- 7.2.1 pagar à CONTRATADA os valores devidos, nas datas avençadas, pautando-se no competente instrumento de contrato, sem prejuízo das disposições contidas no presente termo de contrato;
 - 7.2.2 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato.

OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será realizado no prazo de até **30 dias (trinta) dias corridos**, contados da data entrega dos serviços mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 15.1.1) acompanhada **RELATÓRIO DE SERVIÇOS**, **COM PLANILHAS QUANTITATIVAS**, **DATAS E/OU HORA**, **DEVIDAMETE ATESTADA PELA SECRETARIA SOLICITANTE ATRAVÉS DO FISCAL DO CONTRATO** e dos comprovantes



de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Nacional (Receita Federal) e Justiça do Trabalho (CNDT).

- 8.1.1 A nota fiscal eletrônica fica condicionada a legislação local do emitente e referente à venda é obrigatório à emissão da nota fiscal eletrônica.
- 8.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 8.3 Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente a ser fornecida pela Contratada.
- 8.4 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados na modalidade "ordem de pagamento bancário" na conta corrente fornecida pela Contratada.
- 8.5 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.
- 8.6 Se por ocasião da efetivação do pagamento, as certidões de regularidade de débito do(s) adjudicatário(s) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Nacional (Receita Federal) e Justiça do Trabalho (CNDT) estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 8.7 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com o FGTS, Fazenda Nacional (Receita Federal) e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de contratação;

NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1 A contratada, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Termo de Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no Contrato e das demais cominações legais.
- 9.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de até 03 (três) dias corridos da notificação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 9.3 Pela inexecução total ou parcial do Termo de Contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
 - 9.3.1 advertência:
- 9.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 9.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 9.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 9.3.3 desta Cláusula;



- 9.3.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 9.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 9.3, subitens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da **CONTRATADA**;
- 9.3.5.2 da sanção estabelecida no item 9.3, subitem 9.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 9.4 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 9.3.2.
- 9.5 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto nesse Termo de Contrato;
- 9.5.1 A não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções definidas nesta cláusula.
- 9.6 As sanções previstas no item 9.3 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 9.7 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a **CONTRATADA** tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 9.7.1 Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Economia e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

DÉCIMA - DA RESCISÃO

- 10.1 O presente Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Angatuba/SP:
- 10.1.1 Unilateralmente, sem prévio aviso, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito à reclamação ou à indenização, nos casos de imperícia e/ou negligência e naqueles previstos nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
 - 10.1.2 Amigavelmente, conforme previsto no inciso II do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.
- 10.2 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA

11.1 – O presente contrato não poderá ser objetivo de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 – Vinculam-se ao presente Termo de Contrato, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora da **CONTRATADA**.

DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO



13.1 - A Prefeitura será representada pelo Sr.portadora do RG nº e CPF nº, , com autoridade para exercer, em seu nome a fiscalização do produto a ser recebido sem que isso reduza as responsabilidades legais e contratuais da licitante vencedora.

DÉCIMA QUARTA- DOS CASOS OMISSOS

14.1 – Aplicar-se-á a Lei Federal nº 10.520/02 e a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste Termo de Contrato.

DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente o Foro da Comarca de Angatuba, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado seja.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas:

Angatuba, de de 2021.

Prefeitura do Município de Angatuba

Contratada

Testemunhas:

1)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002 /2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO X – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATA CONTRATA	NTE: Prefeitura i						
) N° (DE ORIGEM):					_	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO	DE	EMPRESA				
OBRA, INC	LUSIVE MOTORISTA - CONFORME TERM	A PARA	SECRETARIA	A MUNICIP	AL DE HA		
ADVOGADO	O (S)/ N° OAB: (*)					-	
Pelo presen	te TERMO, nós, abaix	o identi	ificados:				
1. Estamos	CIENTES de que:						
, .	ncima referido estará s processual ocorrerá p	•	, ,	•	Tribunal de	Contas do E	stado de São Paulo,
Despachos	os ter acesso ao proce e Decisões, mediante ados, em consonância	regular	cadastramento	no Sistem	a de Proces	so Eletrônico	
relativament parte do Trik 709, de 14	disponíveis no proceste ao aludido processounal de Contas do E de janeiro de 1993, i ódigo de Processo Civ	o, serão stado de niciando	o publicados no e São Paulo, e	Diário Ófic m conformic	cial do Esta dade com o	do, Caderno d artigo 90 da l	do Poder Legislativo Lei Complementar n
,	alteração de endereço sado, peticionando no			ônico – ou t	elefones de	contato deve	rá ser comunicada
2. Damo-nos	s por NOTIFICADOS	para:					
a) O acompa	anhamento dos atos o	lo proce	esso até seu jul	gamento fin	al e consec	uente publica	ção;
	aso e de nosso intere ursos e o que mais co		s prazos e nas	formas lega	ais e regime	ntais, exercer	o direito de defesa,
LOCAL e DA	ATA: O ÓRGÃO/ENTIDADI	<u> </u>					
OLUTUR DI	O ONOAO/ENTIDADI						
Nome:							
CPF			RG·			-	
Data de Nas	scimento://		1.0.				
Endereço re	sidencial completo:					_	



E-mail institucional	
E-mail pessoal:	
Telefone(s):	
Assinatura:	
Responsáveis que assinaram o ajuste:	
responsarone que acomaram o ajusto.	
Pelo CONTRATANTE:	
Nome:	
Cargo: RG: RG:	
CPF:RG:	
Data de Nascimento:/	
Endereço residenciai completo:	
E-mail institucional	
E-maii pessoai:	
Telefone(s):	
Assinatura:	
Pela CONTRATADA:	
Nama	
Nome:Cargo:	
CPF: RG: Data de Nascimento://	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	
F-mail nessoal:	
E-mail pessoal:	
Assinatura:	
Advogado:	

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO XI - CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXX

PROCESSO nº 012/2021 CONTRATO nº XX/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E TODA MÃO DE OBRA, INCLUSIVE MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO

Nome: JOÃO DAMASCENO DOS SANTOS

Cargo: Prefeito Municipal

RG nº: 14.300.773-7

Endereço: Sítio Paineira – Bairro Faxinal, Angatuba/SP

Telefone: 3255-9500

e-mail: gabinete@angatuba.sp.gov.br

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome: JULIANA PEREIRA DE MORAIS

Cargo: Secretária Municipal de Administração

Endereço Comercial do Órgão/Setor: Rua João Lopes Filho, 120, Centro, Angatuba

Telefone: 3255-9500

e-mail: licitacoes@angatuba.sp.gov.br; jmorais@angatuba.sp.gov.br

Angatuba, XX de XXXX de 2021.

Juliana Pereira de Morais Secretaria Municipal de Administração



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA

CNPJ N°: 46.634.234/0001-91

CONTRATADA: XXXXXXXX

CNPJ Nº: XXXXXXX

CONTRATO N° (DE ORIGEM): XXX/2021

DATA DA ASSINATURA: XX de XXXX de 2021.

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E TODA MÃO DE OBRA, INCLUSIVE MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Angatuba, XX de XXXX de 2021.

Juliana Pereira de Morais Secretária Municipal de Administração